

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
4 - NIRE 5430000056-6		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Gury Marques		2 - BAIRRO OU DISTRITO Saída p/S Paulo	
3 - CEP 79072-900	4 - MUNICÍPIO Campo Grande		5 - UF MS
6 - DDD 67	7 - TELEFONE 3398-4318	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 67	12 - FAX 3398-4252	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carmem Campos Pereira Coura			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Paulista, 2439 - 12º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Cerqueira Cesar	
4 - CEP 01311-936	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3066-2021	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 11	13 - FAX 3066-9562	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL carmem.pereira@redenergia.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/01/2010	31/03/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR BDO Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00210-0		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Carlos de Carvalho					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 089.488.808-02		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	53.137.012	53.137.012	53.137.012
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	53.137.012	53.137.012	53.137.012
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 10/08/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	1.751.601	1.765.378
1.01	Ativo Circulante	428.233	457.186
1.01.01	Disponibilidades	103.207	117.920
1.01.01.01	Numerário disponível	5.501	9.207
1.01.01.02	Aplicações no mercado aberto	97.706	108.713
1.01.02	Créditos	243.818	258.272
1.01.02.01	Clientes	214.421	233.645
1.01.02.01.01	Consumidores	244.257	263.763
1.01.02.01.02	(-) Provisão p/ créditos liq. duvidosa	(29.836)	(30.118)
1.01.02.02	Créditos Diversos	29.397	24.627
1.01.02.02.01	Tributos e contrib.sociais a compensar	28.947	24.176
1.01.02.02.02	Tributos e contrib.sociais diferidos	450	451
1.01.03	Estoques	3.988	3.148
1.01.04	Outros	77.220	77.846
1.01.04.01	Títulos a receber	10.875	9.110
1.01.04.04	Redução de receita - baixa renda	4.584	3.185
1.01.04.05	Ativo regulatório	22.615	28.143
1.01.04.06	Sub-rogação CCC	738	2.389
1.01.04.07	Serviços em curso	25.464	21.468
1.01.04.08	Outros créditos	12.944	13.551
1.02	Ativo Não Circulante	1.323.368	1.308.192
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	437.736	434.260
1.02.01.01	Créditos Diversos	252.535	256.299
1.02.01.01.01	Impostos e contrib.sociais a compensar	10.087	9.837
1.02.01.01.02	I.renda e contrib.sociais diferidos	242.448	246.462
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	39.663	39.805
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	39.663	39.805
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	145.538	138.156
1.02.01.03.01	Títulos a receber	2.890	3.357
1.02.01.03.02	Consumidores	34.240	32.792
1.02.01.03.03	Cauções e depósitos vinculados	9.573	8.600
1.02.01.03.04	Depósitos judiciais	80.662	78.104
1.02.01.03.06	Ativo regulatório	11.912	9.462
1.02.01.03.08	Outros	6.261	5.841
1.02.02	Ativo Permanente	885.632	873.932
1.02.02.01	Investimentos	371	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	842.703	830.691
1.02.02.03	Intangível	42.558	43.241
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	1.751.601	1.765.378
2.01	Passivo Circulante	363.755	365.783
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	89.480	54.903
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	98.999	105.614
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	26.469	32.045
2.01.04.01	Impostos e contribuições sociais	25.083	30.659
2.01.04.02	I.renda e contrib.sociais diferidos	1.386	1.386
2.01.05	Dividendos a Pagar	36	91
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	148.771	173.130
2.01.08.01	Folha de pagamento	604	650
2.01.08.02	Juros sobre o capital próprio	0	14
2.01.08.03	Taxas de iluminação pública	6.706	8.394
2.01.08.04	Taxas regulamentares	9.402	8.765
2.01.08.05	Obrigações do progr.eficiência energétic	24.901	24.697
2.01.08.06	Obrigações estimadas	17.443	15.896
2.01.08.07	Passivo regulatório	83.458	108.228
2.01.08.08	Benefício pós emprego	16	47
2.01.08.09	Participação dos administradores	1.721	2.216
2.01.08.10	Outros passivos	4.520	4.223
2.02	Passivo Não Circulante	686.024	716.294
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	686.024	716.294
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	590.637	612.309
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	71.443	74.083
2.02.01.03.01	Provisões p/ passivos contingentes	71.443	74.083
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	364	9.010
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	23.580	20.892
2.02.01.06.01	Impostos e contrib.sociais diferidos	9.757	9.438
2.02.01.06.02	Obrigações do progr.de efic.energética	7.279	5.340
2.02.01.06.03	Passivo regulatório	3.107	2.516
2.02.01.06.05	Outros passivos	3.437	3.598
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	701.822	683.301
2.05.01	Capital Social Realizado	463.412	463.412
2.05.02	Reservas de Capital	118.594	118.594
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	96.513	96.513
2.05.04.01	Legal	20.670	20.670
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	75.843	75.843
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.303	4.782
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00557-6	EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	15.413.826/0001-50

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	350.488	698.177	343.926	686.245
3.02	Deduções da Receita Bruta	(117.078)	(230.069)	(113.367)	(222.442)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	233.410	468.108	230.559	463.803
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(174.149)	(357.202)	(162.588)	(347.833)
3.05	Resultado Bruto	59.261	110.906	67.971	115.970
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.687)	(71.912)	(41.531)	(79.009)
3.06.01	Com Vendas	(2.713)	(4.345)	(1.488)	(4.309)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(15.656)	(29.943)	(17.374)	(31.564)
3.06.03	Financeiras	(12.484)	(32.801)	(21.137)	(39.565)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	14.901	26.992	15.209	30.895
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(27.385)	(59.793)	(36.346)	(70.460)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	166	(4.823)	(1.532)	(3.571)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	28.574	38.994	26.440	36.961
3.08	Resultado Não Operacional	(1.287)	(1.911)	(1.944)	(2.500)
3.08.01	Receitas	605	1.009	1.160	1.628
3.08.02	Despesas	(1.892)	(2.920)	(3.104)	(4.128)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	27.287	37.083	24.496	34.461
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(4.078)	(8.583)	(4.060)	(9.850)
3.11	IR Diferido	(4.334)	(4.360)	(2.677)	(820)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(354)	(837)	(473)	(936)
3.12.01	Participações	(354)	(837)	(473)	(936)
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	18.521	23.303	17.286	22.855

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	53.137.012	53.137.012	53.137.012	53.137.012
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00035	0,00044	0,00033	0,00043
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.018	42.111	74.379	75.157
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.672	102.471	57.805	99.945
4.01.01.01	Lucro do exercício	18.521	23.303	17.286	22.855
4.01.01.02	Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa	(282)	(482)	(3.809)	(4.702)
4.01.01.03	Depreciação e amortização	18.392	36.691	17.093	33.982
4.01.01.04	Desp. com juros, var. monet. e cambial	12.697	33.183	18.899	40.820
4.01.01.05	Prov. para contingência - liq. reversão	(2.640)	(3.153)	3.750	5.795
4.01.01.06	Baixa de imobilizado	3.605	6.280	2.627	5.390
4.01.01.07	Ativo/Passivo regulatório	(2.358)	(5.004)	889	(5.365)
4.01.01.08	Créditos tributários diferidos	8.412	12.943	1.464	205
4.01.01.09	Ajuste da Lei 11.638/07	325	(1.290)	(394)	965
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(25.654)	(60.360)	16.574	(24.788)
4.01.02.01	Consumidores, conc. e permissionários	23.960	32.439	2.595	130
4.01.02.02	Estoques	(1.277)	(1.888)	68	(52)
4.01.02.03	Serviços em curso	(3.996)	(5.623)	498	38
4.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados a litígio	(2.979)	(3.836)	(1.023)	(2.677)
4.01.02.05	Desp. antecipadas e ativos regulatórios	8.032	24.493	287	1.636
4.01.02.06	Créd. a compensar recolhimentos futuros	(5.146)	(6.127)	13.995	11.928
4.01.02.07	Outros créditos	(1.105)	1.097	2.599	8.334
4.01.02.08	Fornecedores	(6.723)	(5.456)	(2.563)	2.102
4.01.02.09	Pgto. de encargos de empréstimos e finan	(2.331)	(35.851)	(2.535)	(39.964)
4.01.02.10	Folha de pgto. e provisões trabalhistas	(46)	(412)	(132)	(905)
4.01.02.11	Impostos e contribuições sociais	(5.576)	(4.647)	1.349	(1.099)
4.01.02.12	Taxas regulamentares	841	(1.124)	2.189	(4.905)
4.01.02.13	Outros credores	47	(387)	174	(693)
4.01.02.14	Obrigações estimadas	(2.531)	(1.395)	(706)	(864)
4.01.02.15	Passivo Regulatório	(26.735)	(55.353)	298	298

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 30/03/2009 a 30/06/2009	7 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.16	Entidade de previd. privada e outras	(89)	3.710	(519)		1.905
4.01.03	Outros	0	0	0		0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(32.735)	(38.849)	(38.752)		(47.248)
4.02.01	Em investimento	(371)	(371)	0		0
4.02.02	No imobilizado	(32.779)	(57.213)	(29.043)		(52.986)
4.02.03	Aumento de obrigações vinculadas	415	18.735	(9.709)		5.738
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(12.996)	(4.374)	1.829		(82.243)
4.03.01	Emprést. com partes relacionadas líq.	(7.861)	(7.449)	(18.947)		(28.526)
4.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	0	12.701	25.957		60.561
4.03.03	Pgto. de emprést. e financ. - principal	(5.067)	(9.558)	(5.181)		(9.362)
4.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(68)	(68)	0		(104.916)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0		0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(14.713)	(1.112)	37.456		(54.334)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	117.920	104.319	56.384		148.174
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	103.207	103.207	93.840		93.840

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	463.412	118.594	0	96.513	4.782	0	683.301
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	463.412	118.594	0	96.513	4.782	0	683.301
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.521	0	18.521
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	463.412	118.594	0	96.513	23.303	0	701.822

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (Companhia ou ENERSUL) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada integralmente pela Rede Energia S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.316 km² (*), 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 796 mil (*) consumidores em 73 (*) municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia é controlada pela Rede Energia S.A. que é companhia aberta e com disponibilização pública de suas demonstrações financeiras. Há outras empresas do grupo, companhias abertas, que possuem disponibilização pública de suas demonstrações financeiras: Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) e Centrais Elétricas do Mato Grosso S.A. (CEMAT).

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A., é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - capital.

(*) Informações não auditadas.

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1997, assinado em 4/12/1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 4/12/2027, renovável por igual período.

O contrato de concessão assinado com a União Federal contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens ao final da concessão. Para tanto, os referidos bens são depreciados de acordo com as taxas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia, para atender o Estado de Mato Grosso do Sul, tem como principais fornecedores de energia a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, Enerpeixe S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A., bem como energia proveniente de leilões de energia promovido pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 857 (*) funcionários, 2.662 (*) prestadores de serviços e 37 (*) estagiários, em 30/6/2010.

(*) Informações não auditadas.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Demonstração do Resultado do Trimestre e Semestre findo em 30 de junho de 2009, foi reclassificado, para fins de comparabilidade, conforme segue:

	Trimestre 30/6/2009		Trimestre 30/6/2009
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
3.04 Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(163.721)	1.133	(162.588)
3.05 Resultado Bruto	66.838	1.133	67.971
3.06 Despesas/Receitas Operacionais	(42.342)	811	(41.531)
3.06.02 Gerais e Administrativas	(16.241)	(1.133)	(17.374)
3.06.05 Outras Despesas Operacionais	(3.476)	1.944	(1.532)
3.07 Resultado Operacional	24.496	1.944	26.440
3.08 Resultado Não Operacional	-	(1.944)	(1.944)
3.08.01 Receitas	-	1.160	1.160
3.08.02 Despesas	-	(3.104)	(3.104)

	Semestre 30/6/2009		Semestre 30/6/2009
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
3.04 Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(350.076)	2.243	(347.833)
3.05 Resultado Bruto	113.727	2.243	115.970
3.06 Despesas/Receitas Operacionais	(79.266)	257	(79.009)
3.06.02 Gerais e Administrativas	(29.321)	(2.243)	(31.564)
3.06.05 Outras Despesas Operacionais	(6.071)	2.500	(3.571)
3.07 Resultado Operacional	34.461	2.500	36.961
3.08 Resultado Não Operacional	-	(2.500)	(2.500)
3.08.01 Receitas	-	1.628	1.628
3.08.02 Despesas	-	(4.128)	(4.128)

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Ajustes a Valor Presente: os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, e “Impostos e Contribuições a Compensar”. Para o desconto a valor presente utilizou-se a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) do setor elétrico, definida pela ANEEL, para remunerar o capital das distribuidoras de energia elétrica.

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários: são registrados ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. A Companhia procedeu ao cálculo do valor justo em 2009 e 2010 das aplicações financeiras com base nas taxas de mercado nas respectivas datas, apurando o valor de mercado aproximado ao valor contabilizado.

Consumidores: incluem o fornecimento de energia elétrica, faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas, registrados de acordo com o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída por montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado): os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo não circulante – imobilizado (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Ativos e passivos regulatórios: referem-se a valores realizáveis ou exigíveis, em decorrência do contrato de concessão, que tem por objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No circulante encontram-se registrados os valores já homologados e considerados na tarifa de energia elétrica pela ANEEL em revisões ou reajustes tarifários, que serão amortizados conforme legislação em vigor, corrigidos pela SELIC/BACEN ou IGP-M. No não circulante encontram-se registrados os valores apurados a serem submetidos para posterior homologação da ANEEL na data da próxima revisão ou reajuste tarifário. Os valores contabilizados são registrados tendo sua contra partida no resultado da Companhia.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado: inclui os itens que se referem a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, os riscos e o controle dos bens. Está registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas médias anuais de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 240 de 5/12/2006. Os ativos imobilizados têm o seu valor testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor conforme requerido pela Deliberação CVM nº 527/2007.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do ativo imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Redução do valor recuperável dos ativos: os ativos imobilizados da Companhia são avaliados anualmente com o objetivo de identificar possíveis evidências, eventos ou alterações que indiquem a possibilidade de valor não recuperável. Em havendo perdas, as mesmas são reconhecidas pela diferença entre o valor contábil e o recuperável.

Arrendamento mercantil: os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo da Companhia e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Intangível: inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como softwares e servidões de passagem. Estes ativos intangíveis serão amortizados somente caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados como de vida útil indefinida, sendo assim sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica no mínimo anualmente.

Empréstimos e financiamentos: estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imposto de renda e contribuição social: a provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, assim as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2009 foram elaboradas considerando os efeitos da opção pelo RTT.

Provisão para passivos contingentes: as provisões para contingências são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e são quantificadas com base em fundamentos econômicos, na avaliação da Administração e dos assessores legais em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas dos balanços.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31/12/2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Outros direitos e obrigações: demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Estimativas: a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia se baseie em julgamento para determinação e registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resultado: as receitas de fornecimento de energia elétrica foram mensuradas com base no regime de competência, incluindo a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição até o encerramento das demonstrações financeiras, não estando limitado apenas à conclusão do processo de faturamento e à consequente emissão física da respectiva conta.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações sobre quantidade de ações e resultado por ações consideram a quantidade histórica de ações efetivamente em circulação na data do balanço. O lucro (prejuízo) por ação corresponde à razão entre o lucro (prejuízo) líquido da Companhia no período e a quantidade de ações em circulação no final deste período.

Remuneração baseada em ações: a Companhia não possui política de remuneração baseada em ações à administração, funcionários e terceiros.

Subvenção e assistência governamental: a partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:

A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23): a capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da Companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12): a deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

Deliberação CVM nº 603/09 – Apresentação dos Formulários de Informações Trimestrais (ITRs): a Companhia continua apresentando seus formulários de informações trimestrais (ITRs) durante 2010 conforme as práticas vigentes em 31 de dezembro de 2009. Assim, a Companhia irá reapresentar os formulários de informações trimestrais (ITRs) juntamente com as informações comparativas quando da apresentação das demonstrações financeiras anuais (DFP) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos durante o ano de 2009.

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	30/6/2010	31/3/2010
BIC	CDB	(*)	102,5 CDI	17.430	17.040
Bradesco	Debêntures	(*)	100,5 CDI	1.357	1.327
Brasil	Fundo	(*)	-	19	12.402
Daycoval	CDB	(*)	101,2 CDI	42.777	59.132
Industrial	CDB	(*)	103,0 a 108,0 CDI	5.380	5.258
Safra	Debêntures	(*)	100,6 a 103,5 CDI	13.279	12.986
Safra	CDB	(*)	10,0 CDI	17.457	561
Votorantim	Debêntures	(*)	102,0 CDI	7	7
Total				97.706	108.713

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes caixa por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Seu valor contábil é próximo ao seu valor justo.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CONSUMIDORES

	30/6/2010	31/3/2010				
Consumidores:						
Faturados	189.519	196.963				
Não faturados	50.565	60.578				
Total	240.084	257.541				
				Saldos vencidos	Total	Total
Classe de consumidores	Saldos vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	30/6/2010	31/3/2010
Circulante						
Residencial	35.665	22.465	13.313	35.778	71.443	81.820
Industrial	21.386	4.738	9.645	14.383	35.769	33.260
Comercio, serviços e outras atividades	22.586	8.502	33.474	41.976	64.562	70.157
Rural	6.819	4.586	8.182	12.768	19.587	19.558
Poder público:						
Federal	1.700	850	160	1.010	2.710	2.922
Estadual	2.775	1.814	1.020	2.834	5.609	5.060
Municipal	14.105	3.403	1.377	4.780	18.885	21.442
Iluminação pública	9.214	1.180	717	1.897	11.111	11.080
Serviço público	4.572	141	347	488	5.060	4.954
(-) AVP - Ajuste à Lei 11.638/07 (b)	(706)	-	-	-	(706)	(653)
Fornecim. não faturado - Luz para Todos	1.039	-	-	-	1.039	1.362
Redução de uso sistema de distribuição	5.015	-	-	-	5.015	6.579
Subtotal - Consumidores	124.170	47.679	68.235	115.914	240.084	257.541
Participação financeira do consumidor	1	(115)	48	(67)	(66)	30
Comercialização na CCEE (a)	565	-	-	-	565	565
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	613	613	613	614
Encargos de capacidade emergencial	-	-	574	574	574	575
Concessionárias e permissionárias	49	-	-	-	49	49
Encargos de uso da rede elétrica	1.355	-	-	-	1.355	1.519
Outros	(1.987)	1.832	1.238	3.070	1.083	2.870
Total	124.153	49.396	70.708	120.104	244.257	263.763
Não circulante						
Consumidores	19.895	-	14.897	14.897	34.792	33.207
(-) AVP - Ajuste à Lei 11.638/07 (b)	(3.047)	-	-	-	(3.047)	(2.909)
Comercialização na CCEE (a)	2.495	-	-	-	2.495	2.494
Total	19.343	-	14.897	14.897	34.240	32.792

(a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 3.060, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de junho de 2010. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2010 estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

(b) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

	30/6/2010	31/3/2010
Residencial	11.975	10.706
Industrial	4.291	2.339
Comércio, serviços e outras atividades	8.152	12.255
Rural	3.949	3.424
Outras receitas	677	602
Credores diversos	792	792
Total	29.836	30.118

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação:	30/6/2010	31/3/2010
Saldo no início do período	30.118	30.318
Perdas no período	1.192	356
Recuperação de perdas	682	394
Complemento/reversão de provisão	(2.156)	(950)
Saldo no final do período	29.836	30.118

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os critérios a seguir relacionados:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.
- Após análise criteriosa, efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas que estão em processo de negociação.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos seguimentos de clientes.

Os créditos em atraso vencidos há mais de 360 dias, com prefeituras municipais, órgãos públicos integrados às administrações públicas municipais, serviços públicos, órgãos estaduais e federais, são reclassificados para o não circulante. Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobrança atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos somados aos procedimentos judiciais, que compreendem entre outros a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos, e, portanto, não é constituída provisão para esta classe de consumidores.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2010	31/3/2010	30/6/2010	31/3/2010
ICMS (a)	11.382	11.762	12.817	12.436
(-) AVP - Ajuste a Lei 11.638/07 (a)	(669)	(675)	(2.730)	(2.599)
ICMS ajustado	10.713	11.087	10.087	9.837
Imposto de renda (b)	10.602	7.385	-	-
Contribuição social (b)	2.501	742	-	-
INSS	886	890	-	-
PIS (c)	3.878	3.878	-	-
Outros	367	194	-	-
Total	28.947	24.176	10.087	9.837

(a) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume da recuperação a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(b) Estimativas de IR e CS do exercício corrente e saldo negativo de imposto de renda de exercícios anteriores passíveis de compensação com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB.

(c) Refere-se a créditos de PIS depositado a maior nos autos do processo 97005217-6, 2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande, aguardando a conversão dos depósitos em renda para compensação com quaisquer tributos administrados pela RFB.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	(6.403)	(2.180)	(8.583)	(9.850)
Impostos diferidos - variação líquida	<u>(3.249)</u>	<u>(1.111)</u>	<u>(4.360)</u>	<u>(820)</u>
	<u>(9.652)</u>	<u>(3.291)</u>	<u>(12.943)</u>	<u>(10.670)</u>

9.1. Ativo diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando-se por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Imposto de renda	Contribuição social	30/6/2010	31/3/2010	31/12/2009
Base de cálculo dos ativos diferidos					
Ativo circulante:					
Ajustes da Lei 11.638/07	1.322	1.322			
Base de cálculo dos impostos diferidos	1.322	1.322			
Alíquotas	25%	9%			
Impostos diferidos ativo circulante	331	119	450	451	484
Ativo não circulante:					
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	40.951	40.951			
Provisão para contingências fiscais	46.584	46.584			
Provisão para devedores duvidosos	29.836	29.836			
Amortização de ágio	241.737	241.737			
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição sc	368.185	286.521			
Outros adições temporárias	1.765	1.765			
Ajustes da Lei 11.638/07	5.640	5.640			
Base de cálculo dos impostos diferidos	734.698	653.034			
Alíquotas	25%	9%			
Impostos diferidos ativo não circulante	183.675	58.773	242.448	246.462	249.357
Saldo total Impostos sobre ativos diferidos			242.898	246.913	249.841

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total não circulante
22.982	24.401	25.505	25.784	25.724	118.052	242.448

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/2002, a Administração elaborou, em 31/12/2009, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da ENERSUL, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/1999 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$ 6.108 até o ano de 2027.

A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, será realizado financeiramente até 2027, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculado.

9.2. Passivo diferido

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes, basicamente, da variação cambial ativa de empréstimos e financiamentos, reconhecida contabilmente pelo regime de competência, a qual é excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e será tributada quando da efetiva realização, e dos acréscimos moratórios sobre venda de energia.

	Imposto de renda	Contribuição social	30/6/2010	31/3/2010	31/12/2009
Base de cálculo dos passivo diferidos					
Passivo circulante:					
Variação cambial diferida	4.077	4.077			
Base de cálculo dos impostos diferidos	4.077	4.077			
Alíquotas	25%	9%			
Débitos fiscais diferidos	1.019	367	1.386	1.386	1.386
Passivo não circulante:					
Variação cambial diferida	26.411	26.411			
Acréscimos moratórios	2.284	2.284			
Base de cálculo dos impostos diferidos	28.695	28.695			
Alíquotas	25%	9%			
Débitos fiscais diferidos	7.174	2.583	9.757	9.438	12.340
Saldo total impostos sobre passivos diferidos			11.143	10.824	13.726

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9.3. Variação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Variação</u>
Impostos diferidos - ativo (diferenças temporárias)	242.898	249.841	(6.943)
Impostos diferidos - passivo (diferenças temporárias)	(11.143)	(13.726)	2.583
Total	<u>231.755</u>	<u>236.115</u>	<u>(4.360)</u>

10. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à baixa renda – tarifa social: o Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia, compensado através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 80 kWh ou com consumo entre 80 e 220 kWh, neste último caso desde que atendam a alguns critérios, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17/12/2002.

Segue, abaixo, a movimentação no exercício:

Saldo em 31 de março de 2010	3.185
Valor provisionado	(100)
Valor homologado	4.592
Valor recebido	<u>(3.093)</u>
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>4.584</u>

11. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

11.1. Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 14, de 21/12/2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26/4/2002, Portarias Interministeriais nº 296, de 25/10/2001, nº 25, de 24/1/2002, e nº 116, de 4/4/2003, e resoluções complementares da ANEEL, a Companhia registrou como “despesas antecipadas” a variação dos valores de itens denominados de “Parcela A” (custos não gerenciáveis) que serão recuperados através de aumentos tarifários futuros.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição de ativos e passivos regulatórios	Saldos	
	30/6/2010	31/3/2010
Contas de Compensação Variação de Custos da Parcela A - CVA		
CVA2001 - Período de 1/1/2001 a 25/10/2001	(2.366)	(3.104)
CVA2010 - Período de 8/4/2009 a 7/4/2010	(212)	(181)
CVA2011 - Período de 8/4/2010 a 7/4/2011	10.732	8.096
Subtotal	8.154	4.811
Devolução tarifária	(60.192)	(77.950)
Total de ativos e passivos regulatórios	(52.038)	(73.139)

Através da Resolução Homologatória nº 958, de 6/4/2010, e pela Nota Técnica nº 080/2010-SRE/ANEEL, de 30/3/2010, a ANEEL homologou o resultado do índice de reajuste tarifário anual de 2010, da ENERSUL, fixando o reajuste médio em -1,36% (menos um vírgula trinta e seis por cento), sendo 3,19% (três vírgula dezenove por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -4,55% (menos quatro vírgula cinqüenta e cinco por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, e a terceira parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, de -R\$ 77.950 (menos setenta e sete milhões, novecentos e cinqüenta mil reais), correspondendo a um efeito médio de 2,58% (dois vírgula cinqüenta e oito por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estão em vigor no período de 8/4/2010 a 7/4/2011.

Os valores referente ao "CVA 2011" que compreende o período de 8/4/2010 a 7/4/2011, podem impactar em aumentos ou reduções, que serão percebidas nas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia no próximo reajuste.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos Ativos e Passivos Regulatórios no 2º trimestre de 2010:

Descrição	31/3/2010	Adições	Baixas	Atualiz.	Amortiz.	Transf.	30/6/2010
Ativo							
Conta de Consumo Combustível - CCC	7.587	(183)	-	124	(1.251)	-	6.277
Transporte energia elétrica rede básica	6.530	(104)	-	122	(1.364)	-	5.184
Encargo de Serviços de Sistemas - ESS	3.605	2.475	-	28	(644)	-	5.464
Conta de Desenvol. Energético - CDE	1.460	42	-	30	(272)	-	1.260
Programa de Incent. Fontes Alt. - PROINFA	1.040	-	-	17	(243)	-	814
Custo de aquisição de energia	15.518	(64)	-	185	(2.602)	-	13.037
Transporte energia elétrica - Itaipu	371	5	-	7	(82)	-	301
Diferimento de Repos. Tarifária Rede Básica	345	-	-	-	(82)	-	263
Implantação MCPSE (a)	1.149	778	-	-	-	-	1.927
Total no ativo	37.605	2.949	-	513	(6.540)	-	34.527
Circulante	28.143	779	-	233	(6.540)	-	22.615
Não circulante	9.462	2.170	-	280	-	-	11.912
Passivo							
Conta de Consumo Combustível - CCC	(3.252)	(1.709)	-	-	773	-	(4.188)
Encargo de Serviços de Sistemas - ESS	(5.393)	-	-	(105)	1.338	-	(4.160)
Conta de Desenvol. Energético - CDE	(215)	-	-	-	51	-	(164)
Programa de Incent. Fontes Alt. - PROINFA	(98)	-	-	-	23	-	(75)
Custo de aquisição de energia	(16.753)	1.118	-	(289)	3.538	-	(12.386)
Diferimento de Repos. Tarifária Rede Básica	(85.033)	-	-	(1.571)	21.012	-	(65.592)
Total no passivo	(110.744)	(591)	-	(1.965)	26.735	-	(86.565)
Circulante	(108.228)	-	-	(1.965)	26.735	-	(83.458)
Não circulante	(2.516)	(591)	-	-	-	-	(3.107)

A atualização monetária dos valores registrados nessas contas vem sendo apurada com base na taxa de juros SELIC (BACEN).

(a) A partir da Resolução Normativa No 367 de 2 de junho de 2009, que instituiu o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), a Enersul iniciou o processo de revisão e adequação do controle patrimonial.

Conforme permitido pela referida resolução, a Companhia pode diferir os custos relacionados à implementação do MCPSE e pleitear por meio de Revisão tarifária, cabendo a ANEEL, homologar os custos apresentados.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11.2. Devolução tarifária

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a anular aumentos tarifários resultantes de repasse de CVA, com base nas simulações realizadas. Se confirmada as premissas, o saldo remanescente será suficiente para evitar que haja aumento tarifário em 2009 e, ainda, para suavizar ou até mesmo evitar que haja elevação tarifária em 2010. Vale ressaltar que as simulações foram feitas levando-se em consideração o cenário mais provável de evolução da média dos custos de geração e de transmissão e com encargos setoriais, além das previsões do Banco Central para os índices de inflação. Essa compensação será remunerada pela taxa SELIC.

O reposicionamento foi o principal resultado da revisão tarifária e decorreu da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da BRR e do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela A. No presente caso da ENERSUL, a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$ 151.122, resultado de R\$ 192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$ 41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL, sendo o valor de R\$ 18.450 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009, R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010 e R\$ 77.950 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2010/2011.

11.3. Acordo geral do setor elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - CGCEE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o Acordo Geral do Setor Elétrico, definindo os critérios para a recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes de consumidores.

A ANEEL, através dos Ofícios Circulares nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, e nº 74, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES) acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e para as Geradoras que não obtiveram financiamento, a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item "Parcela A" (parcela de custos componentes da tarifa de energia não gerenciáveis pela concessionária), a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

As informações do 2º trimestre de 2010 contemplam os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

	31/3/2010	Resultado operacional	30/6/2010
Passivo circulante			
Energia livre (a)	(12.260)	-	(12.260)
Total	(12.260)	-	(12.260)

A ANEEL, através da Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12/1/2004, retificou os montantes que haviam sido homologados pelas Resolução nº 483, de 29/8/2002, relativos à Energia Livre e alterou os prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, excluindo desse prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A" e, através da Resolução nº 45, de 3/3/2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 30,2922%.

A Administração da Companhia constituiu provisão para perdas no exercício por considerar o prazo determinado pela ANEEL insuficiente para a recuperação integral dos valores de RTE (Energia Livre e Perda de Receita).

(a)Vide nota explicativa nº 21.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. TÍTULOS A RECEBER

A Companhia possui contratos particulares de cessão de créditos, correspondentes a precatórios, emitidos pelo Estado do Mato Grosso do Sul, recebidos de diversas prefeituras, para liquidação de contas de energia elétrica, vencidas e a vencer, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Ativo circulante	10.875	9.110
Ativo não circulante	2.890	3.357
Total	<u>13.765</u>	<u>12.467</u>

13. SUB-ROGAÇÃO – CCC

Refere-se ao crédito objeto de subvenção que deverá ser recebida em parcelas mensais até o mês de abril de 2022, com recursos da União destinados à construção da linha de distribuição de 138 KV Jardim-Porto Murtinho, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 331, de 3/10/2005, no valor de R\$ 28.740, atualizado monetariamente pelo IGP-M, com amparo na Resolução ANEEL nº 146/2005.

Esse ativo foi registrado integralmente no exercício de 2007, em contrapartida ao crédito da rubrica "Obrigações vinculadas à concessão" em conformidade com as determinações do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007, sendo que em 30/6/2010 o saldo remanescente a receber é de R\$ 738.

14. OUTROS ATIVOS

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2010	31/3/2010	30/6/2010	31/3/2010
Adiantamentos a empregados	1.268	471	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.078	2.117	-	-
Cheques devolvidos	414	354	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.541	1.532	-	-
Padrão baixa renda	1.614	2.245	-	-
Dispêndios a reembolsar	1.582	1.341	-	-
Programa eficiência energética	2.043	2.120	-	-
Desativações e alienações (a)	2.516	2.235	-	-
Agentes arrecadores	-	-	1.005	1.005
Processos Administrativos - COFINS	-	-	3.749	3.749
Despesas pagas antecipadamente	278	539	-	-
Títulos de capitalização	-	-	1.507	1.087
Outros créditos a receber	610	597	-	-
	12.944	13.551	6.261	5.841

(a) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao imobilizado ou realização.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Semestre findo em:		Trimestre findo em:	
	30/6/2010	30/6/2009	30/6/2010	30/6/2009
Receitas financeiras	1.626	1.193	818	677
Despesas financeiras	(390)	(8)	(101)	(8)
Custo na compra de energia elétrica(a):				
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2.139	2.090	1.152	1.071
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	650	665	405	372
	2.789	2.755	1.557	1.443
SALDOS ATIVOS	30/6/2010	31/3/2010		
Não circulante				
Valores a recuperar:				
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	-	69		
Empresa Elétrica Brangatina S.A.	-	36		
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	18	18		
Cia. Força e Luz do Oeste	-	10		
Companhia Nacional de Energia Elétrica	-	17		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	53	53		
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	92	92		
	163	295		
Conta corrente (b):				
Companhia Nacional de Energia Elétrica	-	2.669		
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	39.500	23.953		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	-	12.888		
	39.500	39.510		
	39.663	39.805		
SALDOS PASSIVOS				
Circulante				
Fornecedores:				
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	587	439		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	179	161		
	766	600		
Não circulante				
Valores a reembolsar:				
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	156	131		
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	26	16		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	18	-		
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantis - CELTINS	164	143		
	364	290		
Conta corrente (b):				
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantis - CELTINS	-	8.720		
	-	8.720		
	364	9.010		

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Contratos relacionados ao setor elétrico

No curso normal de nossos negócios, nossas empresas compram e vendem energia entre si nos termos de CCVE – Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e CCEAR – Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado. Algumas de nossas geradoras também celebraram CCD – Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição para conexão e uso do sistema de distribuição de nossas distribuidoras.

(b) Conta corrente

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)**

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/08/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato.

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/08/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

15.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores para o 1º semestre de 2010 foi de R\$ 2.348 (R\$ 2.517 no 1º semestre de 2009), que corresponde, em sua totalidade, a benefícios de curto prazo.

15.3. Compartilhamento de infraestrutura

Atualmente as empresas do Grupo Rede Energia compartilham as atividades, equipamentos e instalações onde as despesas são repassadas para as empresas através de contratos e aditamentos devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira quando necessário.

- **Compartilhamento de aeronave:** Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado de Aeronaves e Outras Avenças firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL onde todas as despesas incorridas na manutenção e operação são apuradas na Caiuá Distribuição, detentora da aeronave e repassadas às demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

- **Compartilhamento de escritório comercial em Brasília:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL, onde os custos referentes ao escritório são suportados pela EDEVP e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

- **Acordo de cooperação para gestão de pessoal:** Contrato firmado entre as empresas, Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA, ENERSUL e Rede Comercializadora, para utilização recíproca dos recursos humanos nas atividades comuns de gerência e direção

16. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	30/6/2010	31/3/2010
Tesouro Nacional (a)	6.558	5.584
Bradesco - CDB	2.789	2.795
Banco do Brasil - CDB	226	221
Total	9.573	8.600

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Refere-se à caução dada em garantia dos empréstimos com o Tesouro Nacional, a qual é corrigida pela taxa de juros de 0,81% a.a., mais taxa LIBOR semestral e variação cambial, sendo as datas de vencimento em 11/4/2024 e 15/4/2024.

17. INVESTIMENTOS

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Outros Investimentos	371	-
Total	<u>371</u>	<u>-</u>

Refere-se aos bens destinados a uso futuro.

18. IMOBILIZADO

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

			<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Em serviço				
Terrenos	2.159	-	2.159	2.159
Edificações, obras civis e benfeitorias	68.018	(34.266)	33.752	34.290
Máquinas e equipamentos	1.772.737	(757.593)	1.015.144	1.003.633
Veículos	15.572	(10.000)	5.572	6.102
Móveis e utensílios	5.729	(3.419)	2.310	2.395
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(344.634)	74.046	(270.588)	(266.288)
Subtotal	<u>1.519.581</u>	<u>(731.232)</u>	<u>788.349</u>	<u>782.291</u>
Em curso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	12	-	12	654
Máquinas e equipamentos	41.555	-	41.555	47.803
Móveis e utensílios	65	-	65	59
Material em depósito	20.509	-	20.509	15.814
Outros	-	-	-	130
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(7.787)	-	(7.787)	(16.060)
Subtotal	<u>54.354</u>	<u>-</u>	<u>54.354</u>	<u>48.400</u>
Total	<u>1.573.935</u>	<u>(731.232)</u>	<u>842.703</u>	<u>830.691</u>

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imobilizado em curso refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica.

Por atividade, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

					30/6/2010	31/3/2010	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço							
Distribuição	1,98%	1.711.709	(711.696)	1.000.013	(270.588)	729.425	724.146
Comercializaç	2,09%	2.575	(574)	2.001	-	2.001	2.029
Administraçã	3,14%	148.599	(92.004)	56.595	-	56.595	55.775
Atividade não vinculada à concessão	1,87%	1.333	(1.005)	328	-	328	341
Subtotal		1.864.216	(805.279)	1.058.937	(270.588)	788.349	782.291
Em curso							
Distribuição		61.542	-	61.542	(7.787)	53.755	43.781
Administração		599	-	599	-	599	4.619
Subtotal		62.141	-	62.141	(7.787)	54.354	48.400
Total		1.926.357	(805.279)	1.121.078	(278.375)	842.703	830.691

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

Em serviço	31/3/2010	Adições	Baixas	Transferências	30/6/2010
Custo:					
Distribuição	1.687.466	-	(3.595)	27.838	1.711.709
Comercialização	2.575	-	-	-	2.575
Administração	145.880	-	(801)	3.520	148.599
Atividade não vinculada à concessão	1.333	-	-	-	1.333
Subtotal	1.837.254	-	(4.396)	31.358	1.864.216
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(336.474)	-	-	(8.160)	(344.634)
Subtotal do custo	1.500.780	-	(4.396)	23.198	1.519.582
(-) Depreciação:					
Distribuição	(697.032)	(16.838)	2.174	-	(711.696)
Comercialização	(546)	(28)	-	-	(574)
Administração	(90.105)	(2.304)	405	-	(92.004)
Atividade não vinculada à concessão	(992)	(13)	-	-	(1.005)
Subtotal	(788.675)	(19.183)	2.579	-	(805.279)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	70.186	3.860	-	-	74.046
Subtotal da depreciação	(718.489)	(15.323)	2.579	-	(731.233)
Total em serviço	782.291	(15.323)	(1.817)	23.198	788.349
Em curso					
Distribuição	59.841	29.828	(289)	(27.838)	61.542
Administração	4.619	(400)	(100)	(3.520)	599
Subtotal	64.460	29.428	(389)	(31.358)	62.141
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(16.060)	(562)	675	8.160	(7.787)
Total em curso	48.400	28.866	286	(23.198)	54.354
Total do imobilizado	830.691	13.543	(1.531)	-	842.703

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240/2006, são as seguintes:

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>		<u>Taxas anuais de depreciação %</u>
<u>Distribuição</u>		<u>Comercialização</u>	
Banco de capacitores	5,00 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Edificações	4,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00	<u>Administração central</u>	
Regulador de tensão	3,50 - 4,80		
Transformador de distribuição	5,00	Veículos	20,00
		Equipamento geral	10,00

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo imobilizado, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo imobilizado em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito dessa despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, que na Companhia ocorreu em abril de 2008.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Participação da União	(32.198)	(32.596)
Participação do Estado	(21.914)	(22.190)
Participação do consumidor	(32.680)	(32.653)
Doações e subvenções destinadas a investimento do serviço concedido	(94.773)	(96.510)
Universalização do serviço público energia elétrica	(93.816)	(95.368)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.994)	(3.031)
Total	<u>(278.375)</u>	<u>(282.348)</u>

Teste de recuperabilidade econômica

Em 31/12/2009 a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis de acordo com CPC 01 – Deliberação CVM nº 527 com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado considerando como unidade geradora de caixa o contrato de concessão conforme previsto no item 6.3.12 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico publicada pela ANEEL. O valor apurado se mostrou superior ao respectivo valor contábil.

19. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização acumulada	30/6/2010	31/3/2010
Em serviço					
Distribuição					
Servidões		1.745	-	1.745	1.745
Software	3,54%	1.275	(754)	521	574
Comercialização					
Software	0,74%	3.563	(3.405)	158	171
Administração					
Software	7,07%	85.986	(54.173)	31.813	34.448
Outros		108	-	108	108
Subtotal		92.677	(58.332)	34.345	37.046
Em curso					
Distribuição					
Software		158	-	158	158
Comercialização					
Software		-	-	-	1.399
Administração					
Software		8.055	-	8.055	4.638
Subtotal		8.213	-	8.213	6.195
Total		100.890	(58.332)	42.558	43.241

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/3/2010	Adições	Baixas	Transferências	30/6/2010
Em serviço					
Custo:					
Distribuição	3.020	-	-		3.020
Comercialização	3.563	-	-	-	3.563
Administração	85.723	-	-	371	86.094
Subtotal	92.306	-	-	371	92.677
Depreciação:					
Distribuição	(701)	(53)	-	-	(754)
Comercialização	(3.392)	(13)	-	-	(3.405)
Administração	(51.167)	(3.006)	-	-	(54.173)
Subtotal	(55.260)	(3.072)	-	-	(58.332)
Total em serviço	37.046	(3.072)	-	371	34.345
Em curso					
Distribuição	158	-	-		158
Comercialização	1.399	-	(1.399)	-	-
Administração	4.638	3.788		(371)	8.055
Total em curso	6.195	3.788	(1.399)	(371)	8.213
Total intangível	43.241	716	(1.399)	-	42.558

Faixas de servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não há amortização.

Direitos de uso: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

20. ÁGIO – INCORPORAÇÃO DE CONTROLADORA

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Atividades não vinculadas à concessão		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	343.951	343.951
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(343.951)	(343.951)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	(107.691)	(102.239)
(-) Amortização acumulada do ágio	107.691	102.239
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

21. FORNECEDORES

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Suprimento de energia elétrica:		
Eletronorte	1.693	1.938
Eletrobrás	14.815	14.703
Companhia Energética de São Paulo - CESP	2.382	2.596
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	3.115	3.568
Copel Geração S.A.	1.207	1.358
Light Energia e Serviços de Eletricidade	334	383
DUKE Energy International, Geração	527	603
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.301	6.251
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	1.496	1.714
Enertrade	3.605	4.050
Pantanal	3.150	3.429
Petrobrás S.A.	1.208	827
Enerpeixe S.A.	7.422	8.338
Energest	101	117
Outros	3.747	3.359
Subtotal	<u>51.103</u>	<u>53.234</u>
Compra de energia elétrica:		
Energia livre - CCEE (a)	12.260	12.260
Energia no curto prazo - CCEE	1	1.987
Subtotal	<u>12.261</u>	<u>14.247</u>
Encargos de uso da rede elétrica	<u>11.299</u>	<u>12.032</u>
Materiais e serviços	<u>24.336</u>	<u>26.101</u>
Total	<u>98.999</u>	<u>105.614</u>

(a)Vide nota explicativa n. 11.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
ICMS	16.908	20.289
PIS	925	1.310
COFINS	4.259	6.036
IRRF	475	193
ISS	529	597
INSS	1.591	1.591
Outros	396	643
Total	<u>25.083</u>	<u>30.659</u>

23. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

23.1. Composição

	<u>30/6/2010</u>			<u>31/3/2010</u>		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Principal	Encargos	Principal e encargos	Principal	Encargos	Principal e encargos
Moeda nacional:						
BNDDES	4.387	6	4.420	4.388	24	5.519
Eletróbrás	10.514	359	71.924	9.980	388	74.739
Investimentos	3.280	1.319	7.926	3.280	1.299	8.746
Capital de giro	52.562	18.282	507.949	35.032	1.709	525.479
Arrendamento mercantil	1.222	18	2.085	1.222	9	2.306
Subtotal	71.965	19.984	594.304	53.902	3.429	616.789
(-) Custo de transação	-	(4.817)	(16.631)	-	(4.901)	(17.778)
Total moeda nacional	<u>71.965</u>	<u>15.167</u>	<u>577.673</u>	<u>53.902</u>	<u>(1.472)</u>	<u>599.011</u>
Moeda estrangeira:						
Tesouro Nacional	1.628	720	12.964	1.592	881	13.298
Total moeda estrangeira	1.628	720	12.964	1.592	881	13.298
Total	<u>73.593</u>	<u>15.887</u>	<u>590.637</u>	<u>55.494</u>	<u>(591)</u>	<u>612.309</u>

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	30/6/2010		31/3/2010	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
UFIR	82.798	12,07	85.108	12,63
URTJLP	8.813	1,28	9.931	1,47
Prefixado	15.849	2,31	16.862	2,50
CDI	578.793	84,34	562.219	83,40
Subtotal	686.253	100,00	674.120	100,00
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	15.312	100,00	15.771	100,00
Total	701.565		689.891	

Os indexadores, base de atualização dos empréstimos e financiamentos, apresentaram as seguintes variações durante o exercício:

	Variação %	
	30/6/2010	31/3/2010
URTJLP (Unidade de Referência - Taxa de Juros de Longo Prazo)	-	-
CDI (Certificado de Depósito Interbancário)	2,22	2,02
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	1,47	1,51
US\$ (Dólar norte-americano)	1,15	2,29
FINEL (Fundo de Financiamento da Eletrobrás)	0,56	0,55

23.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

a. BNDES:

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Contrato nº 1003269 e aditivos:** assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$ 20.574 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em Recebíveis e nota promissória. Esta operação estabelece Covenants das relações dívida financeira bruta/(dívida financeira bruta + patrimônio líquido), EBITDA/dívida financeira bruta e EBITDA/despesa financeira bruta, não considerando no EBITDA de 2007 os efeitos da redução da BRR relativos à revisão tarifária de 2003, atendidos até este momento. Em outubro de 2008 este contrato foi aditado, incluindo como avalista a Rede Energia S.A. e o custo passou de 4,8% a.a. para 6,3% a.a. acima da TJLP.

b. Eletrobrás:

- **IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito):** recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022.

- **Programa Luz no Campo:** ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$ 1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho de 2015.

- **Programa Luz para Todos:** ECFS nº 024-B/2005 no valor de R\$ 18.103, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em junho de 2016, com garantia em receita e nota promissória. ECFS nº 097-B/2007 Aditivo no valor R\$ 41.714, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em dezembro de 2018. ECF nº 2.480/2005 no valor de R\$ 893, a ser amortizado em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 7% ao ano e término em novembro de 2012. Todos os ECFs possuem garantia em receita e nota promissória. Além dos contratos citados acima temos também o ECFS-225/2008 no valor de R\$ 25.100, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em outubro de 2020. ECFS 0274/2009 no valor de R\$ 26.300, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em março de 2022.

c. Investimentos:

- **Banco do Brasil – FCO:** contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000 a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Arrendamento mercantil: contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas que variam de 1,21% a 4,28% a.a. acrescidas de CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em outubro/2011. A dívida total dos arrendamentos mercantis em 30/6/2010 é de R\$ 3.325 e seu valor corresponde ao valor presente nesta data. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	30/6/2010	31/3/2010
2010	622	920
2011	1.395	1.309
2012	1.302	1.302
2013	6	6
Total	3.325	3.537

e. Capital de giro:

• **Banco Bradesco S.A:** contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro de 2008 no valor total de R\$ 550.000 para honrar as dívidas declaradas vencidas antecipadamente ou que a Companhia deliberar pagar antecipadamente e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro de 2010 e a última em setembro de 2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março de 2009 a setembro de 2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Em setembro de 2008 foi utilizado o valor de R\$ 126.626 para a quitação antecipada de contratos de empréstimos junto ao BNDES através do Banco Alfa e aos Bancos do Brasil e Santander Banespa, em outubro de 2008 foi utilizado o valor de R\$ 364.197 para recompra das debêntures, em fevereiro, maio e julho de 2009 foi utilizado o valor total de R\$ 69.694 para investimentos.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o 1º semestre de 2010 foram amortizados R\$ 1.231 (R\$ 5.451 em 2009).

Os custos de transação a serem amortizados são:

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Vencimento	Saldos
2010	2.498
2011	4.522
2012	3.918
2013	3.290
2014	2.674
2015	2.058
2016	1.447
2017	826
2018	215
Total	21.448

- **European Invest Bank:** contrato nº OB1.63/2001 assinado em fevereiro de 2001, correspondente à linha de crédito de US\$ 1,200,000, repassada pela Itaú BBA, destinada ao financiamento de obras, a ser amortizada em 11 parcelas semestrais, com juros de LIBOR trimestral acrescida de 4% ao ano, atualizados pela taxa cambial e término em março de 2009, com garantias em nota promissória e aval da Controladora.

f. Tesouro nacional:

Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL – contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$ 14,615,864, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/1988 e nº 1.564/1989, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções nº 98/1992, nº 90/1993 e nº 132/1993, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela LIBOR semestral acrescidos de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% ao ano mais comissão de 0,2% ao ano, com amortizações semestrais e término em abril de 2024, com garantias em aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

23.4. Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A ENERSUL possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), por indicador e modalidade de endividamento, vinculando algumas informações, dentre os principais:

- . EBITDA: Lucro antes dos juros, impostos sobre o lucro, depreciação, amortização;
- . Despesa financeira, patrimônio líquido;
- . Endividamento financeiro total;

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não efetuar reorganizações societárias sem prévia autorização e realizar investimentos não direcionados ao objeto dos contratos, são outras situações a serem consideradas.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário. Os indicadores são calculados com base nas demonstrações financeiras do encerramento dos exercícios.

23.5. Vencimento das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento			30/6/2010	31/3/2010
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Total
2011	45.294	472	45.766	68.752
2012	87.793	770	88.563	88.563
2013	82.471	483	82.954	82.953
2014	79.458	300	79.758	79.750
2015	79.375	-	79.375	79.375
2016	78.616	-	78.616	78.615
2017	77.663	-	77.663	77.663
2018	56.126	-	56.126	56.140
2019	3.446	-	3.446	3.446
2020	3.043	-	3.043	3.043
2021	849	-	849	849
após 2021	170	10.939	11.109	10.938
Total	594.304	12.964	607.268	630.087

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23.6. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda nacional			
	Circulante		Não circulante	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos
Saldo em 31 de março de 2010	53.902	(1.472)	616.768	(17.757)
Ingressos	-	-	-	-
Encargos	-	18.530	-	100
Variação monetária e cambial	(3)	-	(8)	-
Transferências	22.564	12	(22.565)	(12)
Amortizações	(4.498)	(1.987)	-	-
Ingresso de custo da transação	-	-	-	-
Transferência de custo da transação	-	(1.147)	-	1.147
Amortização de custo da transação	-	1.231	-	-
Saldo em 30 de junho de 2010	71.965	15.167	594.195	(16.522)

	Moeda estrangeira			
	Circulante		Não circulante	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos
Saldo em 31 de março de 2010	1.592	881	13.298	-
Encargos	-	182	-	-
Variação monetária e cambial	36	1	235	-
Transferências	569	-	(569)	-
Amortizações	(569)	(344)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2010	1.628	720	12.964	-
Total de empréstimos	73.593	15.887	607.159	(16.522)

24. TAXAS REGULAMENTARES

	30/6/2010	31/3/2010
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.054	1.391
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	4.869	3.887
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.751	2.751
Taxa de fiscalização - ANEEL	185	193
Encargo Capacidade Emergencial - ECE	540	540
Encargo Aquisição Energia Elétrica Emergencial - EAEEL	3	3
Total	9.402	8.765

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007 respectivamente.

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2010	31/3/2010	30/6/2010	31/3/2010
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	299	155	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	150	78	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.995	4.995	1.628	1.094
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.457	19.469	5.651	4.246
Total	24.901	24.697	7.279	5.340

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28/11/2005, nº 219 de 11/4/2006, nº 300 de 12/2/2008 e nº 316 de 13/5/2008 e Ofício Circular 1644/2009-SFF/ANEEL de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Provisões sobre folha de pagamento	6.639	9.621
Provisões de impostos sobre folha de pagamento	2.221	1.770
Imposto de renda diferido - diferenças temporais (a)	6.403	3.357
Contribuição social diferida - diferenças temporais (a)	2.180	1.148
Total	<u>17.443</u>	<u>15.896</u>

(b) Vide nota explicativa nº 9.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	<u>30/6/2010</u>			<u>31/3/2010</u>		
	<u>Provisão no exercício</u>	<u>Saldo</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão no exercício</u>	<u>Saldo</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Trabalhistas (a)	2.572	17.165	23.226	(230)	19.737	21.330
Cíveis - consumidores (b)	68	8.427	3.858	(283)	8.495	3.840
Fiscais e tributárias (c)						
PIS	-	45.662	46.028	-	45.662	46.028
INSS	-	-	3.029	-	-	3.029
Finsocial	-	-	3.149	-	-	3.149
Outros	-	189	1.372	-	189	728
	-	45.851	53.578	-	45.851	52.934
	<u>2.640</u>	<u>71.443</u>	<u>80.662</u>	<u>(513)</u>	<u>74.083</u>	<u>78.104</u>

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de março de 2010	8.495	19.737	45.851	74.083
Constituição	721	8	-	729
Baixas/reversão	(789)	(2.580)	-	(3.369)
Atualização	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>8.427</u>	<u>17.165</u>	<u>45.851</u>	<u>71.443</u>
Contingências passivas:				
Possível (d)	40.592	19.120	49	59.761

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, em sua grande maioria, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

(b) As ações judiciais de natureza cível referem-se, de maneira geral, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; à cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como ações em que consumidores pretendem devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 2 a 3 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) As ações judiciais de natureza tributária possuem depósito judicial. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal, cujo valor também está depositado judicialmente.

(d) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia.

28. OUTROS PASSIVOS

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não circulante	
	30/6/2010	31/3/2010	30/6/2010	31/3/2010
Fornecedores	-	-	871	812
Credores diversos - consumidores	3.547	2.820	-	-
Colaboradores - PL/AGO84	-	-	1.475	1.489
Arrecadação de terceiros a repassar	973	1.403	-	-
Restituição CCC - Resolução nº 303 - 26/2/2008	-	-	448	654
Outras	-	-	643	643
	4.520	4.223	3.437	3.598

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 30/6/2010 é de R\$ 436.412 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações	
	Ordinárias	%
Rede Energia S.A	29.851.213.653	56,18
Rede Power do Brasil S.A.	23.243.342.380	43,74
Outros	42.456.315	0,08
Total	53.137.012.348	100,00

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29.2. Reservas

	<u>30/6/2010</u>	<u>31/3/2010</u>
Reservas de capital		
Juros de obras em andamento	1.650	1.650
Ágio na incorporação de sociedade controladora	116.944	116.944
Total	<u>118.594</u>	<u>118.594</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	20.670	20.670
Retenção de lucros	75.843	75.843
Total	<u>96.513</u>	<u>96.513</u>

30. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>Despesas com vendas</u>		<u>Despesas gerais e administrativas</u>		<u>Outras despesas operacionais</u>	
	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>
Pessoal	-	-	10.043	7.880	-	-
Administradores	-	-	1.511	1.581	-	-
Material	-	-	886	909	-	-
Serviço de terceiros	5.084	3.098	9.410	12.427	-	-
Depreciação e amortização	-	-	7.361	7.801	-	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	619	482	-	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	130	83	-	-
Provisões (líquido de reversão)	(826)	1.019	-	13	3.653	3.571
Outros	87	192	(17)	388	1.170	-
Total	<u>4.345</u>	<u>4.309</u>	<u>29.943</u>	<u>31.564</u>	<u>4.823</u>	<u>3.571</u>

	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	
	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>
Despesas com pessoal:		
Remuneração	7.610	6.284
Encargos sociais - INSS	1.501	871
Encargos sociais - FGTS	391	270
Programa de incentivo à aposentadoria	502	420
Indenização sobre o saldo do FGTS	39	35
Total	<u>10.043</u>	<u>7.880</u>

31. OUTROS RESULTADOS

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>
Outras receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	180	676
Recuperação Fundação ENERSUL	914	1.049
Outras receitas	-	-
PIS/COFINS	(85)	(97)
Subtotal	1.009	1.628
Outras despesas		
Perdas na desativação de bens e direitos	(2.920)	(4.128)
Subtotal	(2.920)	(4.128)
Total	(1.911)	(2.500)

32. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	<u>30/6/2010</u>	<u>30/6/2009</u>
Saldo em bancos	5.501	13.089
Aplicações financeiras	97.706	80.751
Total	103.207	93.840

Caixa e equivalentes de caixa consistem em saldos em poder de bancos, aplicações financeiras de curto prazo, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e numerário em trânsito. A composição individualizada das aplicações financeiras, por instituição financeira, tipo de aplicação e as respectivas taxas, estão demonstrados na nota explicativa nº 5.

33. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia é patrocinadora da Fundação ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios, a saber:

a. Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 1/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Abono anual.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

b. Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, encontra-se em manutenção. A última alteração do regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC 19, de 25/9/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar do MPS, através do Ofício Circular nº 1.530/SPC/DETEC/CGAT, de 24/5/2007. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Situação financeira dos planos de benefícios – Avaliação atuarial – data-base 31/12/2009:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Plano I	Plano II	2009	2008
Número de participantes	-	694	694	674
Número de assistidos	202	24	226	273
Número de pensionistas (famílias)	119	19	138	81
Total	321	737	1.058	1.028

b. Premissas atuarias

As principais premissas atuarias em 31/12/2009 utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

Ecônomicos	Avaliação Atuarial 2009	Avaliação Atuarial 2008
Taxa de desconto para o cálculo do valor presente	6% líquido - plano de risco	8,76% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	6% líquido - plano de risco 5,5% líquido - demais planos	8,76% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	4,3% (2% líquido)	4,65% a.a.
Taxa de crescimento real dos benefícios da previdência social do plano	Nula	Nula
Taxa de inflação	2,30%	2,60% a.a.
Fator de capacidade dos salários	1,00	0,98
dos benefícios	1,00	0,98
Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - Male	IBGE 2007, ambos os sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2008, ambos os sexos	IBGE 2007, ambos os sexos
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula	Não aplicável

A tábua de mortalidade mínima usada é a AT83, nas últimas avaliações atuarias utilizou-se a tábua de mortalidade disponibilizada pelo IBGE, com redução de 22% na mortalidade. Na presente avaliação utilizamos a AT2000 – Male.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Síntese da avaliação atuarial

	Plano de benefícios I	Plano de benefícios II	2009
Exigível atuarial	69.368	114.374	183.742
Benefícios concedidos - BD	68.831	6.642	75.473
Aposentadoria	53.755	4.572	58.327
Invalidez	4.974	1.374	6.348
Pensão	10.102	696	10.798
Benefícios a conceder	537	107.732	108.269
Benefício definido	537	4.324	4.861
Contribuição definida	-	103.408	103.408

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano de benefícios I	Plano de benefícios II	2009	2008
Valor presente das obrigações atuariais				
Benefício definido	69.368	10.966	80.334	65.595
Contribuição definida	-	103.408	103.408	87.295
	69.368	114.374	183.742	152.890
Valor justo dos ativos				
Benefício definido	91.285	47.746	139.031	136.718
Contribuição definida	-	103.407	103.407	87.295
	91.285	151.153	242.438	224.013
Valor presente das obrigações atuariais descobertas (ativo não contabilizado)	(21.917)	(36.779)	(58.696)	(71.123)

c. Contribuições efetuadas no ano

Na qualidade de patrocinadora, a ENERSUL contribui com uma parcela mensal proporcional a contribuição realizada pelos participantes da Fundação ENERSUL de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No 1º semestre de 2010 a ENERSUL contribuiu com R\$ 1.541 (R\$ 1.290 em 2009).

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Outras informações

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7/10/2009, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego. Para atendimento à essa exigência a ENERSUL contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

34. REVISÃO TARIFÁRIA

Através da Resolução Homologatória nº 958, de 6/4/2010, e pela Nota Técnica nº 080/2010-SRE/ANEEL, de 30/3/2010, a ANEEL homologou o resultado do índice de reajuste tarifário anual de 2010, da ENERSUL, fixando o reajuste médio em -1,36% (menos um vírgula trinta e seis por cento), sendo 3,19% (três vírgula dezenove por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -4,55% (menos quatro vírgula cinqüenta e cinco por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, e a terceira parcela do ajuste financeiro decorrente do recálculo da Revisão Tarifária de 2003, de -R\$ 77.950 (menos setenta e sete milhões, novecentos e cinqüenta mil reais), correspondendo a um efeito médio de 2,58% (dois vírgula cinqüenta e oito por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2010 a 7/4/2011.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Atendendo à Deliberação CVM nº 475, de 17/10/2008, e à Instrução CVM nº 235, de 23/3/1995, a Companhia divulga a seguir informações relativas aos seus instrumentos financeiros.

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, de escassez de energia, bem como riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e cortes no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira, que é pulverizada pelo número expressivo de consumidores.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Gerenciamento de risco de mercado

Estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossas atividades, os quais estão além de nosso controle e envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação possam vir a afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros.

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas das taxas e preços de mercado. A mitigação desse risco ocorre através da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de hedge junto a instituições financeiras de primeira linha.

Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à sua discricionariedade regulatória. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e pela aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL, além de um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos de sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional

Corresponde à reestruturação da dívida externa da Companhia (ver nota explicativa nº 21), atualizados de acordo com a variação das taxas LIBOR, taxa pré-fixada e variação do dólar, com amortização mensal e vencimento em abril de 2024.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuírem investimentos em Bônus de Descontos e Bônus ao Par (bônus emitidos pela União) que estão expostos à variação do dólar, os quais possuem vencimentos idênticos ao valor da dívida e serão utilizados para quitar a dívida. Os referidos estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica “cauções e depósitos vinculados”.

36. FATO RELEVANTE

Investimento Divulgado por Meio do Fato Relevante de – 15/06/2010

Conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 15.06.2010, DENERGE – DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO S.A., acionista controladora direta da EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e indireta da REDE, celebrou contrato com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (“FI-FGTS”), para a realização de investimento pelo FI-FGTS mediante a subscrição de ações na EEVP, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), correspondentes a aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da EEVP.

A destinação final dos recursos provenientes do FI-FGTS, a serem aportados à Companhia pela EEVP, será a realização de relevantes investimentos em infraestrutura nas áreas de concessão das Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, sociedades controladas pela Companhia. Adicionalmente tais recursos possibilitarão a melhoria da estrutura de capital da Companhia e o aprimoramento dos padrões de governança corporativa.

* * *

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	463.412	118.594	0	96.513	0	0	678.519
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	463.412	118.594	0	96.513	0	0	678.519
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	23.303	0	23.303
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	463.412	118.594	0	96.513	23.303	0	701.822

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. RESULTADO DO SERVIÇO

	Trimestre findo em:		Variação
	30/6/2010	30/6/2009	
	R\$	R\$	R\$
Receita operacional	350.488	343.926	6.562
Disponibilização do sistema de distribuição	200.611	185.782	14.829
Fornecimento de energia elétrica	145.910	156.361	(10.451)
Suprimento de energia elétrica	762	65	697
Outras receitas	3.205	1.718	1.487
Deduções da receita operacional	(117.078)	(113.367)	(3.711)
ICMS	(58.082)	(55.919)	(2.163)
PIS - Corrente	(5.779)	(5.674)	(105)
COFINS - Corrente	(26.559)	(26.137)	(422)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(3.077)	(4.398)	1.321
Outros encargos	(23.581)	(21.239)	(2.342)
Receita líquida dos serviços vendidos	233.410	230.559	2.851
Custos do serviço de energia elétrica	(125.748)	(119.167)	(6.581)
Energia elétrica comprada para revenda	(101.942)	(92.576)	(9.366)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(23.806)	(26.591)	2.785
Custos dos serviços vendidos	(48.401)	(43.421)	(4.980)
Pessoal e administradores	(12.747)	(12.424)	(323)
Material	(1.271)	(781)	(490)
Serviços de terceiros	(18.382)	(14.525)	(3.857)
Depreciação e amortização	(13.975)	(13.200)	(775)
Arrendamento e aluguéis	(26)	39	(65)
Outros	(2.000)	(2.530)	530
Resultado do serviço	59.261	67.971	(8.710)

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	Semestre findo em:		Variação R\$
	30/6/2010 R\$	30/6/2009 R\$	
Receita operacional	698.177	686.245	11.932
Disponibilização do sistema de distribuição	404.692	395.575	9.117
Fornecimento de energia elétrica	287.912	287.259	653
Suprimento de energia elétrica	660	109	551
Outras receitas	4.913	3.302	1.611
Deduções da receita operacional	(230.069)	(222.442)	(7.627)
ICMS	(115.926)	(113.515)	(2.411)
PIS - Corrente	(11.747)	(11.322)	(425)
COFINS - Corrente	(54.045)	(52.150)	(1.895)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(7.603)	(8.695)	1.092
Outros encargos	(40.748)	(36.760)	(3.988)
Receita líquida dos serviços vendidos	468.108	463.803	4.305
Custos do serviço de energia elétrica	(261.411)	(254.123)	(7.288)
Energia elétrica comprada para revenda	(209.862)	(209.106)	(756)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(51.549)	(45.017)	(6.532)
Custos dos serviços vendidos	(95.791)	(93.710)	(2.081)
Pessoal e administradores	(26.982)	(26.331)	(651)
Material	(1.946)	(2.517)	571
Serviços de terceiros	(34.808)	(32.064)	(2.744)
Depreciação e amortização	(27.881)	(26.181)	(1.700)
Arrendamento e aluguéis	(47)	(19)	(28)
Outros	(4.127)	(6.598)	2.471
Resultado do serviço	110.906	115.970	(5.064)

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

1.1. Receita líquida dos serviços vendidos

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de R\$ 2.851 na comparação entre os trimestres, devido basicamente a:

- a) A Receita Operacional Bruta do segundo trimestre de 2010 atingiu o montante de R\$ 350.488, apresentando um acréscimo de R\$ 6.562 em relação a igual período do exercício anterior, devido basicamente ao crescimento da demanda de energia elétrica em 9,39%, notadamente nas classes industrial em 15,95% e Comercial em 6,79%, que foram influenciadas mais fortemente pelo crescimento no número de consumidores da ENERSUL.
- b) As deduções da receita operacional cresceram R\$ 3.711 devido principalmente ao aumento da receita operacional que é a base de cálculo da maioria das contas que compõe estas deduções.

1.2. Custos dos serviços de energia elétrica

O custo do serviço de energia cresceu R\$ 6.581, atingindo no segundo trimestre de 2010 o montante de R\$ 125.748 contra R\$ 119.167 em igual trimestre do exercício anterior, devido aos seguintes fatos:

- a) Aquisição de mais energia elétrica para atender o crescimento da demanda. No segundo trimestre de 2010 a Companhia faturou 858.910 MWh contra 785.193 MWh no mesmo período do ano anterior.
- b) Encargos de serviço do sistema da CCEE que gerou R\$ 7.660 de custos no trimestre atual e apenas R\$ 849 no 2º trimestre de 2009.

1.3. Custos dos serviços vendidos

O custo dos serviços vendidos apresentou no 2º trimestre de 2010, em comparação com o mesmo trimestre de 2009, um acréscimo de R\$ 4.980, devido basicamente a combinação dos seguintes fatos:

- a) Pessoal: Apresentou um aumento de R\$ 323 na comparação entre os trimestres devido ao Reajuste salarial ordinário concedido pela Companhia a partir de novembro de 2009.
- b) Serviços de terceiros: o crescimento de R\$ 3.857 verificado no trimestre atual é devido substancialmente a contratação de empresas especializadas para ações de combate a fraude e, cortes e religação de energia.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

2. RECEITA OPERACIONAL

	Trimestre findo em:					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	30/6/2010	30/6/2009	30/6/2010	30/6/2009	30/6/2010	30/6/2009
Residencial	640.802	616.209	281.413	271.201	127.674	123.468
Industrial	5.521	5.001	137.615	118.685	53.914	42.808
Comercial, serviços e outras atividades	62.974	59.354	188.428	176.444	79.040	77.053
Rural	76.394	69.906	94.191	95.158	26.311	26.743
Poder público	7.866	7.570	48.075	51.660	20.065	22.122
Iluminação pública	1.578	1.408	45.321	43.290	10.807	10.313
Serviço público	807	773	38.607	26.870	8.796	7.118
Consumo próprio	198	190	1.721	1.885	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(9.981)	(4.176)
Receita de uso da rede	-	28	-	-	6.253	10.893
Provisão redução tarifa irrigação	-	-	-	-	78	-
Redução da receita - Baixa Renda	-	-	-	-	4.459	5.478
Forn. não faturado - Luz para Todos	-	-	-	-	(224)	-
Fornecimento não faturado parcela "B"	-	-	-	-	19.329	20.323
	796.140	760.439	835.371	785.193	346.521	342.143
Suprimento	-	-	23.539	-	762	64
(+) Outras receitas	-	-	-	-	3.205	1.719
Total	796.140	760.439	858.910	785.193	350.488	343.926

(*) Informações não auditadas.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Semestre findo em:

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
	Residencial	640.802	616.209	589.795	546.320	262.444
Industrial	5.521	5.001	260.264	230.951	93.960	81.577
Comercial, serviços e outras atividades	62.974	59.354	391.024	353.849	158.576	155.218
Rural	76.394	69.906	189.376	185.867	51.465	52.099
Poder público	7.866	7.570	96.238	98.889	38.620	43.974
Iluminação pública	1.578	1.408	89.637	84.830	20.865	20.377
Serviço público	807	773	73.049	53.150	16.164	13.954
Consumo próprio	198	190	3.804	3.897	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(6.261)	(1.100)
Receita de uso da rede	-	28	-	-	14.694	33.151
Fornec. não faturado reposição tarifária	-	-	-	-	(1.328)	(2.163)
Provisão redução tarifa irrigação	-	-	-	-	(1.227)	-
Redução da receita - Baixa Renda	-	-	-	-	9.337	11.309
Forn. não faturado - Luz para Todos	-	-	-	-	(8.494)	-
Fornecimento não faturado parcela "B"	-	-	-	-	43.789	25.066
Operações com energia elétrica	-	-	-	-	-	(20)
	796.140	760.439	1.693.187	1.557.753	692.604	682.835
Suprimento	-	-	23.539	-	660	108
(+) Outras receitas	-	-	-	-	4.913	3.302
Total	796.140	760.439	1.716.726	1.557.753	698.177	686.245

(*) Informações não auditadas.

a) A receita operacional no 2º trimestre de 2010 apresentou um crescimento 1,74% quando comparado com o mesmo período de 2009, motivado principalmente pelo aumento de 35.701 novos consumidores com destaque para as classes residencial e rural que tiveram um incremento de 24.593 e 6.488 consumidores respectivamente.

b) A tarifa média (excluído o consumo próprio) de fornecimento de energia por MWh no 2º trimestre de 2010 teve o valor de R\$ 380,08 contra R\$ 396,81 no mesmo período de 2009.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. EBITDA

	Semestre findo em:		
	30/6/2010	30/6/2009	Varição (R\$)
Receita operacional líquida	468.108	463.803	4.305
Receita operacional	698.177	686.245	11.932
Deduções a receita operacional	(230.069)	(222.442)	(7.627)
Custo dos bens e serviços vendidos	(261.511)	(251.880)	(9.631)
Custos de operação	(95.691)	(95.953)	262
Despesas operacionais	(39.111)	(39.444)	333
(-) Despesas com vendas	(4.345)	(4.309)	(36)
(-) Despesas gerais e administrativas	(29.943)	(31.564)	1.621
(-) Outras despesas operacionais	(4.823)	(3.571)	(1.252)
Depreciação e amortização	35.242	33.982	1.260
EBITDA	107.037	110.508	(3.471)

O EBITDA da ENERSUL apresentou redução de R\$ 3.471 (- 3,14%) no período findo em 30/06/2010 em relação ao mesmo período de 2009. Esta diminuição foi motivada principalmente pelo aumento de 14,51% com os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição no trimestre atual, que foi impactado pelos encargos de serviços do sistema da CCEE que gerou R\$ 7.660 de custos no trimestre atual e apenas R\$ 849 no 2º trimestre de 2009.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Trimestre findo em:			Semestre findo em:		
	30/6/2010	30/6/2009	Variação R\$	30/6/2010	30/6/2009	Variação R\$
Receitas financeiras						
Renda de aplicações financeiras	3.116	1.331	1.785	5.406	4.572	834
Juros ativos	1.086	618	468	2.557	1.859	698
Acréscimos moratórios - energia vendida	6.099	7.585	(1.486)	10.993	12.014	(1.021)
Variações monetárias	964	4.519	(3.555)	2.688	8.544	(5.856)
Outras	3.636	1.156	2.480	5.348	3.906	1.442
	14.901	15.209	(308)	26.992	30.895	(3.903)
Despesas financeiras						
Encargos de dívidas	(19.913)	(21.777)	1.864	(36.216)	(44.837)	8.621
Variação monetária	(714)	(7)	(707)	(1.882)	(530)	(1.352)
Acréscimos moratórios - energia comprada	(1)	(47)	46	(1)	(79)	78
Juros e multas	(621)	516	(1.137)	(2.144)	(150)	(1.994)
Outras	(6.136)	(15.031)	8.895	(19.550)	(24.864)	5.314
	(27.385)	(36.346)	8.961	(59.793)	(70.460)	10.667
RESULTADO FINANCEIRO	(12.484)	(21.137)	8.653	(32.801)	(39.565)	6.764

O Resultado financeiro negativo do segundo trimestre de 2010 diminuiu em comparação ao mesmo período do exercício anterior em R\$ 8.653, devido basicamente a:

4.1. Receitas financeiras

- Renda de aplicações financeiras: Apresentou acréscimo de R\$ 1.785 devido substancialmente aos rendimentos das aplicações financeiras das garantias caucionadas, que geraram neste trimestre uma receita de R\$ 1.042.
- Variação Monetária: a redução de R\$ 3.555 na comparação entre os trimestres é devido a variação cambial do dólar que foi negativa no 2º trimestre de 2009 em - 15,70% gerando naquele trimestre uma receita de R\$ 2.962 pela atualização dos empréstimos tomados nesta moeda, enquanto que no trimestre atual houve variação cambial positiva de 1,15% gerando conseqüentemente despesas de variação monetária.
- Outras Receitas Financeiras: Apresentou um aumento de R\$ 2.480 na comparação entre os trimestres devido substancialmente aos ajustes a valor presente sobre os créditos de ICMS.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4.2. Despesas financeiras

- a) Encargos de Dívidas: O decréscimo de R\$ 1.864 é devido principalmente a redução do CDI, que corrige a maior parte da dívida da Enersul, que no 2º trimestre de 2009 teve uma variação de 2,37%, enquanto que no trimestre atual apresentou uma redução para 2,22%.
- b) Outras Despesas Financeiras: A redução de R\$ 8.895 na comparação entre os trimestres é devido ao registro dos encargos sobre a Energia Livre no montante de R\$ 11.098 e a atualização da devolução tarifária decorrente do reposicionamento da revisão tarifária no montante de R\$ 3.530 no 2º trimestre de 2009, que impactou aquele trimestre em detrimento do atual.

5. INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

	No período findo em:	
	30/6/2010	31/3/2010
1 - Liquidez corrente		
Ativo circulante / Passivo circulante	1,18	1,25
2 - Liquidez geral		
(Ativo circulante + realizável a longo prazo) / Exigível total	0,82	0,82
3 - Endividamento		
Exigível total / Ativo total	0,60	0,61
4 - Capitalização		
Patrimônio líquido / Ativo total	0,40	0,39
5 - Valor patrimonial da ação - R\$ por lote de mil ações	13,21	12,86

6. INDICADORES OPERACIONAIS

	30/6/2010	31/3/2010
1 - Número de empregados (*)	857	854
2 - Consumidor por empregado (*)	929	913

(*) Informações não auditadas.

* * *

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL)

Campo Grande – MS

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL) (“Companhia”), referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais (ITR); e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.15.413.826/0001-50

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, durante o exercício de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 4 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações contábeis do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação CVM nº 603/09.
5. As Informações Trimestrais - ITR possuem informações contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, as quais foram revisadas por nós, e o relatório de revisão dos auditores independentes, emitido em 13 de maio de 2010, não possuía ressalva. Adicionalmente, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por nós, sobre as quais emitimos relatório de revisão, datado de 29 de julho de 2009, com parágrafo de ênfase sobre recurso interposto pela Companhia de informações relevantes que não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, conforme apresentado pela ANEEL na Resolução Homologatória nº 785 de 24 de março de 2009 e pela Resolução Homologatória nº 796, de 7 de abril de 2009, cujo entendimento dos especialistas e assessores jurídicos da Companhia foi que os componentes financeiros apresentados (passivos regulatórios) na Nota Técnica nº 120 de 31 de março de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 796, de 7 de abril de 2009, devem ser anulados. Os passivos regulatórios foram registrados e devolvidos na tarifa dos consumidores durante a vigência do reajuste.

São Paulo, 12 de agosto de 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 30/06/2010

00557-6 EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.

15.413.826/0001-50

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Luiz Carlos de Carvalho

Sócio-contador

CRC 1SP197193/O-6 "S" MS

BDO Auditores Independentes

CRC 2SP013439/O-5 "S" MS

As folhas da ITR por nós revisadas estão rubricadas somente para fins de identificação.

RA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00557-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA ENERGÉTICA DE M.S. S.A.	3 - CNPJ 15.413.826/0001-50
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	65
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	73/75